COMPLEMENTO
Boletim CR/RR

APEOESP
SINDICATO DOS PROFESSORES DO ENSINO OFICIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO
Filiado à CNTE e CUT
Maio 2012

CAMPANHAS

Em audiência pública, secretário admite que a jornada do piso será discutida na comissão da carreira

Durante audiência pública realizada na tarde desta quarta-feira, 23 de maio, na Comissão de Educação da Assembleia Legislativa, a presidenta da APEOESP, Maria Izabel Azevedo Noronha, Bebel, cobrou do secretário da Educação, mais uma vez, a implantação da jornada do piso na rede estadual de ensino.

Bebel foi enfática na defesa da jornada do piso como uma das condições necessárias para a valorização dos professores e para a melhoria da qualidade do ensino nas escolas estaduais. Também lembrou que esta questão foi pautada na comissão paritária de gestão da carreira por iniciativa da APEOESP e que o secretário havia concordado em discutir um calendário de implantação da lei naquela comissão. A presidenta da APEOESP chamou a atenção para o fato de que o nosso Sindicato já obteve sentença favorável, embora o governo tenha conseguido o efeito suspensivo, protelando o cumprimento da lei.

Em resposta a este ponto, o secretário disse que cumprirá a decisão judicial final, qualquer que seja, mas confirmou que o assunto será objeto de negociação na comissão da carreira, que tem calendário de reuniões previsto até o final de junho.

Reajuste salarial

A presidenta da APEOESP, assim como outros representantes do Sindicato, cobraram também a complementação do reajuste previsto para 2012 (10,2%), tendo em vista que 5% do que constou na lei complementar 1143/2011 refere-se à incorporação da última parcela da GAM (março). É necessário, portanto, que estes 5% sejam concedidos na forma de reajuste para vigorar a partir de 1º de julho, integralizando os 10,2%. Também apresentou ao secretário os demais índices para a reposição de todas as perdas salariais: seria necessário, hoje, um reajuste total de 15% para repor todas essas perdas, desde fevereiro de 1998. Além disso, o Sindicato reivindica aumento real de salários.

O secretário anotou as reivindicações e lembrou, corroborando o que foi afirmado pela presidenta da APEOESP, que existe uma comissão de negociação prevista na lei complementar 1143/2011.

Fórum Estadual de Educação

Outro ponto cobrado pela professora Bebel foi a estruturação do Fórum Estadual de Educação, para elaboração do Plano Estadual de Educação. Ela criticou a criação de uma comissão restrita do governo para discutir o PEE, principalmente tendo em vista que, em 2013, se iniciam as conferências municipais e estaduais de educação, preparatórias à II CONAE.

Ensino Médio de Tempo Integral

Sobre a criação das escolas de ensino médio de tempo integral, a presidenta da APEOESP manifestou a posição da entidade de que escola de qualidade tem que ser para todos e que um projeto como este não pode ser imposto de cima para baixo. É preciso que os alunos queiram e possam frequentar a escola de tempo integral e que seus pais também queiram. E, também, que o projeto conte com a adesão dos professores.

Para discutir esta questão, formular propostas e organizar a luta, a APEOESP realizará no dia 16 de junho, sábado, a partir da 9h00, em local a ser definido, um Encontro Estadual sobre o Ensino Médio de Tempo Integral. O critério de participação é de um representante de cada escola de ensino médio. As subsedes devem recolher as inscrições e encaminhar para a sede central (presiden@apeoesp.org.br) até o dia 10 de junho, impreterivelmente.

Formação igual, salário igual, direitos iguais

A situação dos professores da categoria O também fez parte das cobranças formuladas pela presidenta do Sindicato. Ela mostrou toda a indignação de todos os professores e professoras com o fato de seus colegas, que possuem igual formação e realizam o mesmo trabalho, serem contratados em condições tão precárias, bem distantes daquelas previstas na lei 500, pela qual o professor OFA só era desligado se não conseguisse aulas. Exigiu, assim, que seja implementada uma forma de contratação decente de professores temporários.

Assim como outros representantes da APEOESP, que seguiram sua fala, também criticou a

prova seletiva para contratação destes professores, pois, depois de colar nos docentes o carimbo de "reprovados", a SEE chama estes mesmos professores e outros que sequer participaram da prova para assumirem aulas, pois faltam professores na rede, devido aos baixos salários e carreira pouco atrativa.

Neste ponto o secretário limitou-se a responder que convocará em junho mais 9 mil concursados e realizará novos concursos para PEB II e PEB I ainda neste ano.

Finalmente, a presidenta da APEOESP cobrou o fim das férias repartidas, tendo em vista os transtornos causados neste ano e o direito de todos os professores a férias ininterruptas de 30 dias, no mês de janeiro.

Reposição e retirada das faltas da greve

O secretário foi cobrado quanto à retirada das faltas da greve dos prontuários e seu pagamento, mediante reposição.

Há um problema, em particular, que afeta os professores com jornada integral, que não conseguem repor aulas porque o sistema não admite número de aulas superior a 200 ao mês.

O secretário disse que o assunto está sendo estudado pela SEE e que manifestará uma posição brevemente.

Webconferência esclarece os diversos aspectos da lei do piso

Pela manhã, no auditório Teotônio Vilela da Alesp, a APEOESP realizou webconferência sobre a lei do piso.

Os palestrantes foram a presidenta da APEOESP, Maria Izabel Azevedo Noronha; Salomão Ximenes, da Ação Educativa; Paulo Lemgruber, do escritório Alino & Roberto e Advogados e assessor jurídico da CNTE; e o assessor jurídico da APEOESP, César Rodrigues Pimentel.

Cada um dos palestrantes abordou aspectos diferenciados sobre a lei e a luta pela implantação do piso salarial profissional nacional e, particularmente, da jornada do piso, sobretudo no Estado de São Paulo. Tratou-se da questão pedagógica, da qualidade de ensino, da valorização dos professores, da luta jurídica no nosso estado e em nível nacional.

A íntegra do evento estará disponível no site da APEOESP (www.apeoesp.org.br).

INFORMES

Aconteceu em Piracicaba: mais uma vitória da APEOESP

A APEOESP conseguiu reverter o processo de implantação do Ensino Médio Integral na Escola Estadual Monsenhor Jerônymo Gallo, uma das duas selecionadas no município de Piracicaba para, a partir de 2013, fazer parte do projeto do governo.

A decisão de manter a escola com o Ensino Fundamental e Médio Regular foi tomada após consulta aos Pais e ao Conselho de Escola. Nesta quarta-feira, 23, diante da intranquilidade e insatisfação com o projeto demonstradas pelos pais, a Secretaria da Educação resolveu cancelar a implantação na Escola. A ação foi uma vitória da comunidade que, em conjunto com a APEOESP, demonstraram a importância de se debater qualquer tipo de ação na rede pública estadual de ensino.

Consultas médicas

A Lei Complementar nº 1.041, de 14 de abril de 2008, dispõe em seu inciso II do artigo 1º que o docente integrante do Quadro do Magistério "não perderá o vencimento, a remuneração ou o salário do dia, nem sofrerá desconto, em virtude de consulta, exame ou sessão de tratamento de saúde referente à sua própria pessoa, desde que o comprove por meio de atestado ou documento idôneo equivalente, obtido junto ao Instituto de Assistência Médica ao Servidor Público Estadual - IAMSPE, órgãos públicos e serviços de saúde contratados ou conveniados integrantes da rede do Sistema Único de Saúde - SUS, laboratórios de análises clínicas regularmente constituídos ou Médico,Cirurgião Dentista,Fisioterapeuta,Fonoaudiólogo,Psicólogo ou Terapeuta Ocupacional , devidamente registrado no respectivo Conselho Profissional de Classe, quando entrar após o início do expediente, retirar-se antes de seu término ou dele ausentar-se temporariamente, até o limite de 3 (três) horas diárias, quando tiver atribuídas, no mínimo 35 (trinta e cinco) horas-aulas semanais."

Esclarecemos que, com a aplicação da Resolução SE nº 8/2012, o professor, a partir da atribuição de 24 horas-aula semanais de 50 minutos (24 aulas, mais 02 Horas de Trabalho Pedagógico Coletivo, mais 10 horas de trabalho pedagógico em local de livre escolha), terá direito ao afastamento durante o expediente por até três horas, para consulta médica.